

OS ESTUDOS DE FOLCLORE E AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL (1930 – 1940)

Igor Mello Diniz

Cite esse artigo: DINIZ, Igor Mello. Os estudos de folclore e as ciências sociais no Brasil (1930 – 1940). **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p.132-141, dezembro. 2010. Semestral. Disponível em: www.habitus.ifcs.ufrj.br. Acesso em: 31 de dezembro de. 2010.

Resumo: Apresento como problema a relação que se estabeleceu, em São Paulo nas décadas de 30 e 40, de uma rede que era composta por personagens de três lugares bem marcados no incipiente campo intelectual de então. Eram eles: os investigadores da Sociedade de Etnografia e Folclore – instituída pelo Departamento de Cultura – e os alunos das recém-fundadas Escola Livre de Sociologia e Política e Universidade de São Paulo. Através de tal empreendimento, pretendo circunscrever um momento das Ciências Sociais no Brasil em que emergiram certos objetos privilegiados de estudo a partir da relação entre estes grupos.

Palavras-chave: Etnografia; Folclore; História das Ciências Sociais; Pensamento Social Brasileiro.

1. Introdução:

Na investigação da história das ciências sociais no Brasil, analisarei em especial as décadas de 1930 e 1940, tomando por foco a *Sociedade de Etnografia e Folclore*, fundada em 1937, que reuniu uma importante rede de pesquisadores em torno do Curso de Etnografia instituído pelo Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo por ocasião da gestão do polivalente Mário de Andrade.

Este empreendimento investiu em viagens de campo que aproximavam as populações ameríndias e sua complexa organização sócio-cultural do Brasil culto e modernista, interessado em exata medida tanto no “primitivo” como nas vanguardas européias. Documentando as expressões rituais e festivas das populações sertanejas, do nordeste rural e urbano e rerepresentar tais expressões agora valorizadas como patrimônio nacional para o homem das grandes cidades, este que vivia, por sua vez, os efeitos irreversíveis do crescimento populacional e a complexidade das relações trazida pelo adensamento da migração e da imigração.

Foram pouco mais de quatro anos de trabalho, nos quais a Sociedade de Etnografia e Folclore manteve intensa divulgação de suas atividades nos jornais da cidade e também por meio de um *Boletim* e do seu “Arquivo Etnográfico” na *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*. Estes eram os veículos oficiais do programa de investigação do Departamento de Cultura, onde Mário de Andrade e demais sócios e colaboradores publicaram os resultados das suas pesquisas.

É possível observar pela lista de sócios, delegados e colaboradores da *Sociedade* que o conceito chave *etnografia* articulava um grupo eclético formado por professores e alunos dos recém-criados cursos de Ciências Sociais em São Paulo (ELSP e USP), profissionais liberais e funcionários do Departamento de Cultura. Na seqüência, a rede se estenderá em direção ao interior do Estado e ao exterior, em busca do apoio tanto dos profissionais liberais leigos interessados na cultura popular como dos profissionais especializados dos grandes centros de pesquisa do mundo.

Não é propósito deste trabalho descobrir os fundadores da Antropologia brasileira; mas sim pensar como uma determinada produção é consequência de um conjunto de relações sociais que a produz, que no nosso caso é o da SEF, do Departamento de Cultura e das instituições de ensino e pesquisa em Ciências Sociais em São Paulo. Como dito por Bourdieu (1968:105),

Para dar a Sociologia da criação intelectual e artística seu objeto próprio e, ao mesmo tempo, seus limites, é preciso perceber e considerar que a relação que um criador mantém com sua obra e, por isso mesmo, a própria obra é afetada pelo sistema de relações sociais nas quais se realiza a criação como ato de comunicação ou, mais precisamente, pela posição do criador na estrutura do campo intelectual.

Como também poderá ser percebido, dei prioridade a uma atitude mais “compreensiva” aos debates do período focado, ao invés de dar preferência ao posicionamento e análises de comentadores, que aqui só aparecem para iluminar alguns aspectos.

O presente texto propõe, nesse sentido, uma reflexão sobre a interlocução entre a Sociedade de Etnografia e Folclore com as primeiras instituições de pesquisa em Ciências Sociais: 1) quais eram os participantes da Sociedade e a relação dessa rede com os primeiros cursos superiores em Ciências Sociais (na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, na Faculdade de Filosofia da USP), e o Movimento folclórico; 2) quais as idéias de etnografia e de folclore que orientavam suas atividades e 3) o material relativo a sua história e as publicações de seus participantes na *Revista do Arquivo Municipal*.

2. A Sociedade de Etnografia e Folclore e o Movimento Folclórico:

A Sociedade de Etnografia e Folclore [1] foi fundada por Mário de Andrade enquanto chefe do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, e teve como membros-fundadores pesquisadores das primeiras turmas de cientistas sociais nos cursos universitários paulistas. Assim, estabelece-se uma ligação primária entre os grupos do Movimento Folclórico e dos cientistas sociais de então.

Este „movimento” ultrapassava as fronteiras da SEF, tanto institucionalmente quanto temporalmente. Comenta-se (Cavalcanti et al. 1992) que antes mesmo da fundação desta sociedade por ocasião da gestão de Mário de Andrade no Departamento de Cultura, pesquisadores como Sílvio Romero e Amadeu Amaral – em gerações diferentes – mobilizaram, com “outros personagens menores” (1992:102), a categoria folclore como possibilidade de encontrar uma natureza peculiar do que é “ser brasileiro”. Para estes autores, estes dois

personagens principais, juntamente com o escritor Mário de Andrade, teriam sido os precursores e maiores defensores do Folclore enquanto uma disciplina científica.

De acordo com Vilhena (1995), a idéia de um „movimento” propriamente voltado aos estudos de folclórico deve-se ao fato de que tal grupo produzia uma intensa mobilização em torno desta área de estudos; destacam-se aí suas organizações de pesquisa, suas ligações com o poder público na formulação de campanhas de preservação pública da herança folclórica brasileira e os congressos de folcloristas, demonstrando a força da rede de pesquisadores mobilizada.

Tal rede de pesquisadores se comunicava através de boletins e cartas; no caso da SEF, o material produzido por seus membros era publicado na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, na sua “Seção Etnográfica” e no “Arquivo Etnográfico”, publicado entre 1937 e 1939, embora os últimos números tenham sido publicados com uma certa irregularidade (uma vez que a periodicidade da publicação havia sido primeiramente mensal).

A categoria “folclore”, tão marcante das pesquisas, era uma categoria analítica que entrava no regime de “retórica da perda” (Cavalcanti, 2004:59; concordando com Gonçalves, 1997:24), uma vez que buscava ressaltar a idéia de uma cultura brasileira que estava se esvaindo, fazendo da tarefa de pesquisa uma forma de registrar (e, através das políticas governamentais, resguardar) a originalidade da identidade brasileira. Há aí também um componente fundamental da ligação do Movimento Folclórico com os ideais nacionais dos modernistas. Os objetivos principais do movimento eram:

1. O desenvolvimento do estudo e da pesquisa do folclore nacional;
2. Apoio aos reforços para a preservação da identidade folclórica brasileira;
3. Introdução do tema no ensino formal, como mecanismo de preservação da cultura nacional.

Como comenta Marta Amoroso (2004), este conceito de folclore ligado à antropologia também se afastava da busca do exótico para ir ao encontro da dinâmica social em sua expressão viva, fruto do contato de culturas. “Uma coleção de objetos sistematicamente reunidos constitui verdadeiro arquivo, mais seguro, mais durável que os arquivos escritos”, e mais: “Arquivo que pode informar minuciosamente sobre a vida daqueles cuja cultura material representa, pois que o homem tende a deixar e efetivamente deixa marca de sua atividade sobre os objetos que fabrica”. O que colecionar? A resposta vem da etnologia francesa:

Mauss diz que é preciso recolher tudo, pois que tudo é interessante. Uma coleção etnográfica não é uma coleção de obras de arte, mas representa uma cultura e seu interesse consiste nisto, somente nisto. Sobretudo o preconceito de pureza de estilo precisa ser posto de lado. Do ponto de vista etnográfico, não há pureza de estilo, mas sempre mistura, influência, contato de culturas. Quanto ao preconceito da raridade, Mauss diz que certos objetos comuns têm muito mais valor, significam muito mais para o conhecimento da cultura a que pertencem, do que objetos raros [2].

Assim, entra também no jogo a palavra-chave “etnografia”, trazida à baila por intermédio principalmente da professora Dina Lévi-Strauss, responsável por ministrar o Curso de Etnografia que mais tarde deu origem a SEF. Na introdução de um de seus manuais de pesquisa, Dina Lévi-Strauss ressalta que o papel da etnografia é fundamental para alcançar objetivos e “necessidades tão especulativas como práticas” através de “pesquisas de natureza tão particular”; também, a professora argumenta em seu manual sobre a importância de realizar pesquisas etnográficas “nas regiões longínquas do interior, como nos bairros das cidades, ou nas menores aldeias”. Diz Dina Lévi-Strauss sobre a pesquisa antropológica: “o método etnográfico apresenta-se como um esforço de solução, mas de solução concreta, do tradicional problema do conhecimento do „outro” , do problema da comunicação das consciências”. “Quando o objeto de estudo é a cultura popular, o folclorista se considera mais etnógrafo do que historiador” comenta Rubino (1995:500). Voltando ao Curso de Etnografia, a participação da pesquisadora francesa foi fundamental para a formação dos pesquisadores da SEF. Assim como ela, seu marido, Claude Lévi-Strauss também participou da sociedade, o que nos demonstra mais um ponto de convergência entre estudos de folclore e o campo incipiente das Ciências Sociais.

A *Sociedade de Etnografia e Folclore* teve suas atividades encerradas por ordem do Governo Vargas, que dissolveu o Departamento de Cultura através de uma intervenção federal na prefeitura de São Paulo. Além das perturbações políticas e econômicas de espectro nacional, também a Segunda Guerra rearranjou o panorama intelectual internacional, fazendo com que colaboradores de outros países se envolvessem em outros tipos de projeto, descontinuando este momento particular de estudos. O casal Lévi-Strauss e outros participantes do espaço intelectual de então, como o professor Radcliffe-Brown e alguns pesquisadores americanos que se envolveram nos “estudos de caráter nacional” por outras razões (Goldman e Neiburg, 2002), foram institucionalmente realocados, deixando para trás a rede de colaboração então formada.

Tal campo intelectual será analisado mais detalhadamente agora.

3. A USP, a ELSP e o espaço institucional:

Seguindo as sugestões de Shils (1970) no estudo do processo de institucionalização da Sociologia e das tradições intelectuais da disciplina, torna-se importante resgatar um pouco da história e das práticas dos envolvidos na formação dos primeiros cientistas sociais de São Paulo (e do Brasil), que se envolveram com os estudos de folclore que foram referidos anteriormente.

Como é possível observar nos trabalhos de Maria Laura Cavalcanti sobre a trajetória de Oracy Nogueira [3], o quanto o ambiente intelectual e o espaço institucional permitiam uma série de práticas e estimulava determinados interesses. A formação do mestre de Nogueira, Donald Pierson, na Universidade de Chicago, onde os departamentos de Antropologia e Sociologia mantinham estreita cooperação, permitiu que a proposta de ensino deste pesquisador aos seus alunos brasileiros na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) [4] de São Paulo apontasse para uma “incorporação germinativa” (Faria, 1993:90) entre as duas disciplinas, o que favorece a idéia de fronteiras disciplinares fluidas.

Em um número da Revista do Arquivo Municipal de 1935, foi publicado um memorial dirigido aos deputados paulistas, em que se pedia financiamento ao governo para as pesquisas e para a sustentação da própria rotina da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Para tal, a lógica do memorial era apresentar uma série de diferenças constitutivas entre a Escola e seu modelo de ensino e pesquisa e o modelo da Faculdade de Filosofia da USP. Neste mesmo memorial, dá-se inclusive notícia de que no primeiro ano de curso ainda não havia sido a Escola reconhecida pelo governo estadual como estabelecimento de ensino, além de estabelecer um contraponto com a fundação da Universidade de São Paulo, “criando grande confusão quanto à finalidade prática” da Escola Livre de Sociologia e Política. Ainda, apresentava-se a Escola como um Instituto onde as pesquisas teriam função prática e onde haveria então um peso maior da sociologia aplicada e do preparo à administração pública, ao contrário da USP, “se bem que o seu projeto [da Faculdade de Filosofia da USP] permita organizar uma Faculdade de Ciências Econômicas, que, entretanto não foi criada” (1935:104).

Interessa para nós aqui destacar a heterogeneidade teórico-metodológica e principalmente a dimensão etnográfica e antropológica presentes na formação então oferecida na Escola de Sociologia e Política. Diferentemente da idéia que se tem do período, de que havia um “empirismo” sociológico na formação dada por Pierson, o fundamental para a presente análise é considerar a grande atenção direcionada aos dados coletados em trabalhos de campo, e ao problema de seu valor de realidade e de seu lugar nas construções teóricas. Como comenta Cavalcanti (2009:17) tal “atitude de conhecimento seria mais propriamente designada como etnográfica, pois deita fortes raízes na tradição antropológica”, uma vez que a atitude de Donald Pierson seria a de valorizar o aprendizado das técnicas e os dados coletados, provenientes de uma experiência de atividade acadêmico-intelectual que não era limitada por fronteiras convencionais.

Além de Pierson, então professor da ELSP, também havia os professores contratados da USP, como Claude Lévi-Strauss, Herbert Baldus, Roger Bastide, que propiciavam uma formação mais propriamente antropológica (embora Lévi-Strauss e Bastide tenham sido professores da cadeira de Sociologia). A formação também era direcionada a públicos um pouco diferentes, uma vez que a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo recebia professores secundários (ao passo que os alunos da ELSP eram em maioria profissionais liberais) que tinham o suporte financeiro de seus salários, pagos normalmente pelo governo enquanto estes tiravam o tempo para a formação de cientistas sociais (Cunha, 2001). Ainda segundo este depoimento de Mário Wagner Vieira da Cunha [5], foi o esforço de Pierson na direção e orientação cuidadosa das pesquisas que garantiu um financiamento internacional para pesquisas, o que foi decisivo para o processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, legitimando um caráter científico para as pesquisas.

O mesmo depoimento revela a dificuldade de inserção após o término do curso. A chegada de Bruno Rudolfer para a organização da Divisão de Documentação Social e Estatística do Departamento de Cultura de São Paulo foi decisiva para dar um cunho científico às pesquisas do departamento. Rudolfer se casou com Noemi Silveira, professora de Sociologia na ELSP.

Importa é que as pesquisas do Departamento de Cultura tiveram como mão-de-obra os alunos saídos dos cursos de Ciências Sociais, em especial os alunos da Escola de Sociologia e Política.

Havia ainda uma publicação da ELSP, a Revista Sociologia (publicação que circulou entre 1939 e 1941), dirigida por Emílio Willems quando este ocupava o cargo de professor de Antropologia na Universidade de São Paulo. Em um de seus primeiros números havia um artigo escrito em conjunto por Donald Pierson e Mário Wagner Vieira da Cunha, sobre as possibilidades de pesquisa social no Brasil, bem como um artigo do professor Antônio Rubbo Muller, intitulado “Sobre paradigmas em Antropologia Social”. Tal artigo de Pierson e Cunha, dividido em três partes, se focava em especial nas possibilidades de pesquisa referentes aos temas “cultura” e “mudança cultural”.

O principal aqui é destacar como um espaço institucionalmente pouco desenvolvido favoreceu em função das poucas possibilidades de carreira e da fraca diferenciação disciplinar, uma relação íntima entre o Movimento Folclórico e seus estudos e a experiência profissional de pesquisa por parte dos formandos em Ciências Sociais. A hipótese que sustento aqui é que o interesse por certos temas não foi gratuito e não deve ser naturalizado na análise do desenvolvimento das ciências sociais que empreendo nesse estudo de caso; ao contrário, penso que a Sociedade de Etnografia e Folclore foi um pólo agregador dessa rede de pesquisadores que começava a ser formada em especial por ter meios de financiar as pesquisas, uma vez que São Paulo começava ainda a se recuperar de uma crise econômica e era o governo o maior possuidor de recursos, tais como aponta Vilhena (1997:50). Uma vez que a sociedade civil não estaria suficientemente organizada e capacitada a agir por si mesma, teria sido o Estado o principal ator do processo de modernização nacional, de forma que impediu a autonomização do campo cultural.

4. A produção de conhecimento sociológico e as pesquisas folclóricas:

Analisando a produção da *Revista do Arquivo Municipal* [6] de São Paulo, onde eram publicadas as comunicações dos membros da SEF, é possível ver como se encaminhavam os debates entre as ciências sociais e o folclore. Retomando as sugestões de Edward Shils, onde o modelo para a institucionalização bem sucedida da Sociologia depende de veículos de circulação da produção de conhecimento sociológico, apresento algumas reflexões publicadas na *Revista do Arquivo Municipal*, “publicação oficial da Sociedade de Etnografia e Folclore e da Sociedade de Sociologia” do Departamento de Cultura de São Paulo e na *Revista Sociologia* da ELSP.

A seção “Boletim da Sociedade de Etnografia e Folclore” trazia, em sua primeira edição, as instruções daquilo que era objeto possível dos estudos folclóricos, oferecendo dois prêmios de 1.000\$000 para as melhores etnografias recebidas pelo Departamento de Cultura. A banca julgadora foi formada por Dina Lévi-Strauss, Mário de Andrade, Samuel Lowrie (professor da Escola de Sociologia e Política), Plínio Ayrosa e Artur Ramos (professor da então Universidade do Distrito Federal [7]). As categorias que guiavam os objetos de pesquisa eram “Organização Social”, “Luta pela vida”, “Alegria de viver”, “O bem”, “A verdade” e “O belo”.

Em um número da RAM de 1932, Claude Lévi-Strauss publicou artigo intitulado “Em prol de um instituto de Antropologia Física e Cultural”, onde defendia que tal instituto referido no título fosse criado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP, seguindo o modelo do Instituto de Filologia preconizado pelo professor Rebello Gonçalves. Neste artigo, Claude Lévi-Strauss pretende a criação de um instituto que além de se interessar pela antropologia da mestiçagem das raças no Brasil, deveria ainda, como missões de uma frágil situação no que tange à Antropologia Cultural: “a) tornar conhecida a Antropologia Cultural e os resultados a que já chegou; b) preparar jovens cientistas para a constituição dos quadros de uma ciência jovem; c) dilatar seus conhecimentos verificar suas leis, completar sua documentação;” (Lévi-Strauss, 1935:253).

Acompanhava como artigo seguinte o de Samuel Lowrie, “Que é cultura?”, onde o professor da ELSP tenta responder ao artigo “Que se entende por cultura” de Paul-Arbousse Bastide, professor da USP. Embora não seja propósito da presente análise entrar na discussão e na rivalidade apontada entre a Escola Livre e a Universidade de São Paulo; é importante mostrar que entre as duas escolas e a rede de pesquisadores que estas conformavam no período circulavam diversas noções do que fossem “etnografia”, “etnologia”, “cultura” e outros conceitos caros às ciências sociais já naquele momento, e que ao invés de tais tensões serem empobrecedoras, são ao contrário fontes de produção riquíssimas, justamente pela contínua resposta existente entre os autores [8]. Surge na discussão de Lowrie a limitação do conceito alemão de “*kultur*” que teria sido usado por Bastide, e também é apontado um erro na interpretação que este segundo autor teria do conceito americano de cultura, da tradição antropológica de Boas.

É particularmente interessante ver como boa parte das conceituações trazia a forte marca das “tradições nacionais”, como as que Mariza Peirano estudou. Para a autora, “coerente com o ideal de universalidade da ciência, a antropologia é uma só, mas inclui várias versões”, baseada no pressuposto de que para discutir tais versões da antropologia é preciso lembrar que “todo cientista social é, por definição, cidadão de determinado país” (Peirano, 1992:11). Da mesma forma, é preciso, como nos alerta Luís Rodolfo Vilhena, em não separar os traços ideológicos, institucionais e sociológicos no estudo da história das ciências sociais: “quando nosso objetivo é analisar um segmento preciso desse conjunto [dos autores que compõem o pensamento social brasileiro], acredito que os três fatores devem ser igualmente tomados como relevantes para a compreensão e explicação do seu discurso” (Vilhena, 1997:44

No mesmo número da Revista, Herbert Baldus tentava definir o que significava “Etnologia” em uma “comunicação à Sociedade de Sociologia”; segundo o autor, a Etnologia seria a “ciência dos povos”, sendo a categoria “povo” correspondente a noção de “unidade cultural”. Logo após essa definição, Baldus nos providencia a sua definição de “cultura” (Baldus, 1935:155):

A harmônica expressão total do sentir, pensar e querer, poder, agir e reagir de uma unidade social, expressão que nasce de uma combinação de fatores hereditários, físicos e psíquicos, com

fatores coletivos morais, e que, em união com o equipamento civilizador (...) dá a unidade social a capacidade e a independência necessárias para sustentar a luta material e espiritual pela vida. *Um dos problemas principais da etnologia é estudar a mudança contínua desta expressão e as causas dessa mudança.* (grifos meus)

Além de termos uma definição de cultura que se parece muito com a definição do “homem total” de Marcel Mauss, – certamente uma referência aos manuais de etnografia de Dina Lévi-Strauss – outro ponto de contato entre a definição de Etnologia de Baldus e a proposta de Donald Pierson e Mário Wagner Vieira da Cunha de alguns anos depois para pesquisas sociológicas no Brasil. Além disso, uma definição que pareceria muito cara à tradição antropológica francesa, em que “o etnógrafo recolhe os fatos, o etnólogo os elabora” (Baldus, 1935:157).

Com a intenção também de dispersar a informação das pesquisas feitas entre os correspondentes do interior do estado de São Paulo e com os interessados de todo o país, o boletim da SEF trazia as atas e decisões das reuniões dos membros; neste mesmo boletim, publicou-se em sua segunda edição os resumos de comunicações de Mário Wagner Vieira da Cunha, sobre a festa de Bom Jesus de Pirapora [9] (onde também Mário de Andrade realizou uma pesquisa sobre o que chamou de “samba rural paulista”; ver Mendonça, 2004), analisada em seus aspectos rituais, considerada com aspectos religiosos e profanos; um resumo do trabalho de Luís Saia, sobre arquitetura popular; um terceiro, de Maria Stella Guimarães, sobre a “mancha mongólica”, um tipo de mancha na pele derivada de “cruzamento de raças” ou a “um „desejo” da mãe, durante a gravidez”. Ainda constava um quarto e último resumo, de Claude Lévi-Strauss, sobre bonecas indígenas como sendo resultado de contatos culturais diversos entre as tribos do centro-oeste brasileiro.

Vemos assim que o trabalho etnográfico estava voltado para as manifestações culturais, como comentou Marta Amoroso, e para a dimensão propriamente dinâmica (uma vez que o folclore era um domínio a ser salvaguardado das mudanças culturais) da sociedade brasileira, e que convergia com os interesses de pesquisa que davam ênfase especial aos estudos de reconfiguração cultural e mudança social. No caso dos artigos de Mário Wagner Vieira da Cunha e Mário de Andrade sobre a festa de Bom Jesus do Pirapora e de seu “samba rural paulista”, por exemplo, é possível ver sempre a tensão que perpassa a própria noção de “folclore” como já foi dito, em que há algo de original sendo perdido; tal idéia conflui com a noção de “mudança cultural” – esta por certo representando uma “dinâmica” da vida social – presente nos estudos de comunidade que viriam a entrar em voga com as pesquisas de Pierson e seus alunos.

5. Conclusão: os estudos de folclore e o campo intelectual

O mapeamento das relações entre os folcloristas e os cientistas sociais nos dá a dimensão daquilo que Luís Rodolfo Vilhena chamou de “intelectuais polivalentes”, uma vez que estes não se encaixavam em nenhum espaço institucional específico e possuíam um conjunto de práticas polissêmicas, em um conjunto institucional nas ciências sociais que não se encontrava demarcado durante o período focado. Embora não tenha demorado muito após sua dissolução

para que a Sociologia se fortalecesse como disciplina científica e conseguisse se solidificar como carreira (de novo, em especial pelos esforços e Donald Pierson na direção das pesquisas ELSP, articulando inclusive a criação de uma Divisão de Estudos Pós-Graduados).

Mais tarde, com a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, e principalmente em São Paulo, o campo de possibilidades para a atividade intelectual mudaria, e novas divisões surgiriam, realocando os agentes que focamos aqui. Estas questões levantadas nos fazem pensar na configuração institucional que temos hoje, e como apareceram as atuais condições sociais de produção de conhecimento sociológico, fundamentais para um “fazer sócio-antropológico” mais consciente de suas possibilidades de sucesso.

NOTAS:

* Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), da mesma instituição.

[1] Daqui em diante, farei referência a esta organização através da sigla SEF.

[2] Apostila do Curso de Etnografia, 14^a aula – *Cultura Material*.

[3] As análises da autora são especialmente instigantes ao presente trabalho quando tratam da relação de Nogueira com o sociólogo americano Donald Pierson.

[4] A ELSP foi fundada em 1933; a Universidade de São Paulo foi fundada em Janeiro de 1934.

[5] Mario Wagner Vieira da Cunha também foi membro-fundador da SEF, ocupando o cargo de tesoureiro.

[6] Doravante chamada “RAM”.

[7] A Universidade do Distrito Federal (UDF) havia sido criada em abril de 1935, um ano após a criação da USP e dois anos após a criação da ELSP, sendo ela composta de cinco escolas: Ciências, Educação, Economia e Direito, Filosofia, e Instituto de Artes.

[8] E mesmo na obra de um autor, como bem mostra Fernanda Arêas Peixoto em seu estudo sobre a obra de Roger Bastide, “Diálogos Brasileiros”.

[9] Mario Wagner Vieira da Cunha foi para a Universidade de Chicago para o seu mestrado em Antropologia e lá realizou um estudo sobre as festas do interior de São Paulo, analisadas a partir das teorias funcionalistas. Um estudo sobre a trajetória deste pesquisador está previsto como desdobramento da pesquisa aqui apresentada.

BIBLIOGRAFIA:

AMOROSO, Marta. **Sociedade de Etnografia e Folclore (1936-1939). Modernismo e Antropologia**. In: *Catálogo do Arquivo da Sociedade de Etnografia e Folclore*. São Paulo: CCSP, 2004.

BALDUS, Herbert. **Conceito moderno de Etnologia**. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, v.XVIII, Nov/Dez, p. 155-163, 1935.

BOURDIEU, Pierre. *Campo intelectual e projeto criador*. In: POUILLON, L. (org.) **Problemas do Estruturalismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Cultura popular e sensibilidade romântica: as danças dramáticas de Mário de Andrade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V. 19, n. 54, p. 57-79, 2004.

_____. *Revisitando Vozes de Campos do Jordão*. In: NOGUEIRA, Oracy. **Vozes de Campos do Jordão: experiências sociais e psíquicas do tuberculoso pulmonar no estado de São Paulo**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

_____. et alli. **Os Estudos de Folclore no Brasil**. Sério Encontros e Estudos – Seminário Folclore e Cultura Popular. V. 1. p. 101-112, 1992.

CUNHA, Mario Wagner Vieira da. *A Escola Livre, o Departamento de Cultura e a Faculdade de Filosofia*. In: KANTOR, Iris; MACIEL, Débora e SIMÕES, Júlio Assis (Orgs.). **A Escola Livre de Sociologia e Política. Anos de Formação – 1933-1953**. São Paulo: Editora Escuta/Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2001.

_____. e PIERSON, Donald. **Pesquisa e possibilidades de pesquisa no Brasil**. Sociologia: Revista didática e científica, São Paulo, v. IX – XI, 1947-48.

ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA. **Informações sobre a Escola Livre de Sociologia e Política de S. Paulo**. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, v. XV, Ago, p. 99-117, 1935.

FARIA, Luís de Castro. **Antropologia, Espetáculo e Excelência**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993.

GOLDMAN, Marcio e NEIBURG, Federico. *Da nação ao império: a guerra e os estudos do “caráter nacional”*. In: L’ ESTOILE, Benoit de; NEIBURG, Federico e SIGAUD, Lygia (Orgs.). **Antropologia, Impérios e Estados Nacionais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Funarte, 1997.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Em prol de um Instituto de Antropologia Física e Cultural**. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, v.XVIII, Nov/Dez, p. 247-256, 1935.

LÉVI-STRAUSS, Dina. **Instruções práticas para pesquisas de Antropologia Física e Cultural. (vol. I)**. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, 1936.

LOWRIE, Samuel H. **Que é cultura?** Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, v.XVIII, Nov/Dez, p. 257-263, 1935.

MENDONÇA, Cecília. **O samba rural paulista e a festa de Bom Jesus do Pirapora: Mário de Andrade, Mário Wagner Vieira da Cunha e a pesquisa folclórica**. 2004. Disponível em www.lauracavalcanti.com.br Acesso em 25/03/2008.

PEIRANO, Mariza G.S. **Uma Antropologia no Plural. Três experiências contemporâneas**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992.

RUBINO, Silvana. *Clubes de pesquisadores: a Sociedade de Etnografia e Folclore e a Sociedade de Sociologia*. In: MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil. Vol. 2**. São Paulo: Editora Sumaré, 1995.

SHILS, Edward. **Tradition, Ecology and Institution in the History of Sociology**. Daedalus, Cambridge, v.99, n.4, p. 760-825, 1970.

SOARES, Lélia Gontijo. **Mário de Andrade e a Sociedade de Etnografia e Folclore, no Departamento de Cultura do Município de São Paulo, 1936-1939**. Rio de Janeiro: FUNARTE, Instituto Nacional do Folclore; São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1983.

VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. **Os intelectuais regionais: os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais nos anos 50**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 11, n. 32, p. 125-150, 1996.

_____. **Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: FUNARTE: Fundação Getúlio Vargas, 1997.